
Terminal de Contêineres de Paranaguá

– TCP –

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO MEIO SOCIOECONÔMICO E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ÀS COMUNIDADES



Janeiro de 2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ÀS COMUNIDADES	5
2.1. MEDIDA COMPENSATÓRIA I – Fomento de colégio na comunidade de amparo ou das estruturas físicas necessárias para implementação do ensino público até o ensino médio nas comunidades marítimas da área de influência direta restritiva do empreendimento.....	5
2.1.1. Metas e Indicadores	6
2.1.2. Detalhamento das ações e atividades:	7
2.1.3. Planejamento executivo:	8
2.1.4. Cronograma	8
2.2. Medida compensatória II - Em parceria com a SEMAPA (Secretaria MUNICIPAL da Agricultura, pesca e abastecimento), criar um grupo para discussão da dragagem e ordenamento do canal do furado	8
Metas e Indicadores	9
2.2.1. Detalhamento das ações e atividades:	10
2.2.2. Planejamento executivo:	11
2.2.3. Cronograma	12
2.3. Medida compensatória III - Através do grupo de diálogo do empreendedor com a Comunidade da Costeira, elencar ações compensatórias proporcionais aos impactos do empreendimento e que melhorem a qualidade de vida do local	12
2.3.1. Metas e Indicadores	13
2.3.2. Detalhamento das ações e atividades:	13
2.3.3. Planejamento executivo:	14
2.3.4. Cronograma	14
2.4. Programa de educação ambiental às comunidades.....	14
2.4.1. Projeto de Educação para capacitação profissional – Oferta de cursos profissionalizantes relacionados à operação do terminal com processo de seleção de potenciais colaboradores para o terminal	15
2.4.2. Projeto de fortalecimento da Associação de Recicladores Nova Esperança	17
2.4.3. Projeto de Educação Ambiental para o fortalecimento do pescador – “Escola da pesca”	20
2.4.4. Projeto de regularização pesqueira ante à Autoridade Marítima.....	26
2.4.5. Projeto de fortalecimento dos barqueiros de Paranaguá	28
2.4.6. Projeto de educação ambiental para gestão participativa dos resíduos sólidos	

2.4.7. Projeto de Educomunicação ambiental para promoção da navegação segura	34
2.4.8. Projeto de Educomunicação para promoção do trânsito seguro na região do empreendimento	36
2.4.9. Projeto de Vigilância Ambiental Comunitária.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Instrução Normativa - IN Nº 02/2012 do IBAMA, a realização de Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) deve ser considerada como parte indissociável na elaboração e execução de Programas de Educação Ambiental – PEA condicionantes ao licenciamento ambiental federal. Assim, no processo de licenciamento da complementação das obras de ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP o DSAP foi elaborado seguindo a diretriz acima citada e apresentado no diagnóstico do meio socioeconômico – componente do Estudo Ambiental.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) tem suporte na Metodologia Participativa que é embasada teoricamente na Pesquisa-Ação que se traduz pela identificação de estratégias de ação planejada que são implementadas e, a seguir, sistematicamente submetidas à observação, reflexão e mudança (GRUNDY & KEMMIS, 1982). Envolve um processo de investigação, educação e ação que produz resultados obtidos com base em um trabalho de convivência e troca com os atores sociais envolvidos através de observação, entrevistas, e realização de reuniões para discussão.

Para elaboração das propostas apresentadas no presente Programa foi levado em conta o conteúdo de 118 entrevistas semiestruturadas e os resultados de dois blocos de reuniões com as comunidades da área de influência direta restritiva proposta para esta ampliação. O detalhamento das entrevistas e do primeiro bloco de reuniões é apresentado no diagnóstico do meio socioeconômico do Estudo Ambiental submetido ao órgão licenciador, já, o segundo bloco de reuniões – denominado como complementação deste DSAP e referente a discussão pública sobre a questão da navegação, é apresentado em documento protocolado à parte ao IBAMA, como resposta ao Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA.

No DSAP acima referido foi apresentada uma tabela que pontuou medidas mitigadoras, compensatórias e ações a integrarem um Programa de Educação Ambiental a ser desenvolvido junto às comunidades, relacionando-as com impactos e grupos sociais afetados. Ainda, para elaboração desta proposta foram consideradas as condições específicas da Autorização Para o Licenciamento Ambiental Nº 7/2016 emitida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e as recomendações do Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA - que faz a análise do Estudo Ambiental apresentado ao IBAMA.

Assim, o presente documento contém o plano executivo das atividades a serem realizadas no âmbito das medidas compensatórias ao meio socioeconômico, integrantes do Programa de Educação Ambiental às Comunidades, levando em conta as duas linhas de ação já integrantes do PEA executado no âmbito do PBA do licenciamento do cais leste do TCP: (1) o fortalecimento de cadeias produtivas; e (2) a educação para promoção do desenvolvimento socioambiental. O componente do Programa de Educação Ambiental aos trabalhadores deve ser apresentado à parte, integrante do PBA deste processo de licenciamento.

2. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ÀS COMUNIDADES

Além dos projetos de educação ambiental integrantes (componentes) do PEA são propostas ações compensatórias específicas como condicionantes para a instalação do empreendimento.

A primeira ação diz respeito à instalação de um colégio ou das estruturas necessárias para o acesso às séries finais do ensino fundamental e médio para as comunidades da AID restritiva do meio socioeconômico. A segunda ação é relacionada ao processo de licenciamento da dragagem do Canal do Furado/Roque. E, por fim, a terceira ação diz respeito a um grupo de negociação no bairro Costeira para estabelecimento de uma medida compensatória proporcional aos impactos advindos para esta comunidade.

Desta forma, são apresentadas a seguir as medidas de compensação propostas pelo DSAP realizado, bem como o Programa de Educação Ambiental às comunidades – construído considerando as diretrizes da IN 2/2012 do IBAMA, que orienta que este seja realizado no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias aos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos do empreendimento.

2.1. MEDIDA COMPENSATÓRIA I – Fomento de colégio na comunidade de amparo ou das estruturas físicas necessárias para implementação do ensino público até o ensino médio nas comunidades marítimas da área de influência direta restritiva do empreendimento

As comunidades pesqueiras sofrem com a carência de estruturas físicas para as fases finais dos ensinos fundamental e médio, o que causa o abandono dos estudos ou a necessidade de se deslocar diariamente para o centro urbano de Paranaguá para acesso

aos estudos. Na AID restritiva definida pelo Estudo Ambiental somente a comunidade de São Miguel possui um colégio que atende especificamente a este público. Nas demais comunidades não há colégio que oferte ensino médio e séries finais do ensino fundamental – sendo que as séries finais do ensino fundamental são ofertadas apenas em Piaçaguera e Amparo, onde há compartilhamento com a estrutura da escola municipal e uso de cozinha comunitária.

Foi proposto no Estudo Ambiental a construção de um colégio em Amparo. Entretanto, com a realização de um segundo bloco de reuniões nas comunidades em um DSAP complementar (realizado em agosto e setembro de 2016) – onde foram discutidos impactos da navegação e proposições de medidas compensatórias e mitigadoras a estes impactos - as comunidades apontaram novas possibilidades para consolidação desta medida compensatória, como a construção de núcleos escolares menores e/ou implantação de lancha escolar.

Desta forma, tendo em vista as novas especificidades das demandas apontadas pelas comunidades, e a necessidade de gestão do ensino pela Secretaria Estadual da Educação, se propõe a criação de um grupo tríplice (com representantes das comunidades, Secretaria Estadual da Educação e empreendedor), com o objetivo de elaborar um plano de implantação consensual de estrutura necessária para possibilitar o acesso ao ensino fundamental e médio para os jovens das comunidades da AID restritiva. Tal grupo deverá ser instituído após a emissão da licença de instalação do empreendimento. O resultado final da constituição deste grupo deverá ser o colégio construído ou a implantação das estruturas necessárias para acesso ao ensino nestas comunidades (conforme negociações realizadas) que deverão atuar como medidas compensatórias dos impactos socioeconômicos diagnosticados.

2.1.1. Metas e Indicadores

Metas

- Implementar um grupo de negociação com a Secretaria Estadual de Educação, representantes das comunidades e empreendedor;
- Definir as estruturas necessárias para garantir o acesso dos moradores de todas as comunidades da AID restritiva ao ensino fundamental completo e médio sem necessidade de acessar a área urbana do município;
- Conforme as negociações a serem realizadas no grupo proposto, subsidiar as estruturas elencadas segundo os apontamentos da Secretaria Estadual de Educação;

Indicadores:

- Número de reuniões de negociação realizadas;
- Elaboração do projeto de investimento das estruturas apontadas na negociação;
- Consolidação das estruturas apontadas com subsídio do empreendedor;
- Número de alunos atendidos com as séries finais do ensino fundamental e ensino médio nas comunidades da AID restritiva do empreendimento.

2.1.2. Detalhamento das ações e atividades:**Fase 1. Solicitação de manifestação da Secretaria Estadual de Educação sobre a medida compensatória**

Este primeiro passo diz respeito à apresentação da proposta desta medida à Secretaria Estadual de Educação, através de seu núcleo regional e solicitação de manifestação oficial acerca desta medida compensatória.

Fase 2. Formação do grupo de negociação

A formação do grupo tríplice de negociação deverá ser realizada através de comunicação pessoal e convocação em forma de ofício, dos seguintes órgãos: IBAMA, Núcleo Regional da Secretaria de Educação, Terminal de Contêineres de Paranaguá, e representantes das comunidades de Ponta do Ubá, São Miguel, Piaçaguera, Amparo e Eufrasina.

Após sua criação, a consultoria ambiental deverá ouvir as percepções específicas de cada uma das entidades envolvidas, e com base nestas percepções e nos resultados já levantados pelo DSAP elaborar um plano prévio de cumprimento da medida compensatória. Neste sentido, reuniões posteriores deverão ser convocadas e realizadas com o intuito de discutir, adaptar e aprovar o plano elaborado, a fim de, como produto final, obter um plano oriundo da negociação e concordância das partes interessadas.

Fase 3. Implantação das estruturas determinadas

Com base no plano aprovado o empreendedor deverá prover as demandas negociadas com o grupo.

2.1.3. Planejamento executivo:

Ações	Objetivos	Recursos materiais específicos
Solicitação de manifestação da Secretaria Estadual de Educação sobre a medida compensatória	Obter parecer favorável da Secretaria Estadual de Educação sobre a medida compensatória proposta.	
Convocação dos representantes das entidades envolvidas para criação do grupo de negociação	Criar um grupo tríplice de negociação para discutir as estruturas necessárias para cumprimento da medida compensatória.	-
Realização de reuniões para aprovação de um plano de execução da medida compensatória	A partir das percepções levantadas, a consultoria deve elaborar um plano prévio de cumprimento da medida compensatória, sendo que reuniões devem ser realizadas para discussão e negociação entre os atores envolvidos, a fim de gerar um plano final de execução da medida compensatória.	-
Implantação do plano de compensação proposto	Consolidar o plano elaborado e discutido com o grupo de negociação.	Contratação de mão de obra e materiais necessários para consolidação das estruturas planejadas pelo grupo de negociação.

2.1.4. Cronograma

Ações	Mês																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
Solicitação de manifestação da Secretaria Estadual de Educação sobre a medida compensatória.	■																			
Convocação dos representantes das entidades envolvidas para criação do grupo de negociação.		■																		
Realização de reuniões para aprovação de um plano de execução da medida.			■	■	■															
Implantação do plano de compensação proposto.						■	■	■	■	■	■	■								

2.2. Medida compensatória II - Em parceria com a SEMAPA (Secretaria MUNICIPAL da Agricultura, pesca e abastecimento), criar um grupo para discussão da dragagem e ordenamento do canal do furado

Nas entrevistas com pescadores e com o Secretário Municipal da Agricultura, Pesca e Abastecimento – responsável pela gestão pública das comunidades marítimas - foram apontadas as dificuldades de locomoção marítima devido ao assoreamento do Canal

artificial do Furado, ou Canal do Roque, sendo o licenciamento ambiental de uma dragagem deste canal apontado pelo gestor público como ponto sensível para consolidação de uma dragagem no canal.

Desta forma, propõe-se que o empreendedor, conforme a demanda apontada pela SEMAPA, seja responsável pelo processo de licenciamento da dragagem proposta, com a gestão pública municipal ficando responsável pela atividade das obras de dragagem propriamente dita.

Todos os estudos componentes do processo de licenciamento deverão ser subsidiados pelo empreendedor, sendo esta medida importante por facilitar a dragagem deste canal demandada pelas comunidades.

Todavia, o canal supracitado não é oficialmente considerado como canal navegável pela Autoridade Marítima, ainda que intensamente utilizado pela maioria dos navegadores da região. Neste sentido, um grupo de discussão e trabalho deverá ser proposto junto à SEMAPA, Autoridade Marítima e comunidades, a fim de promover o ordenamento da navegação segura neste canal, que apesar de não reconhecido, é utilizado pelas embarcações locais constantemente, e em sua segunda porção, é essencial para o acesso de comunidades de Ponta do Ubá e São Miguel, além das comunidades do município de Guaraqueçaba localizadas na porção oeste do Complexo Estuarino de Paranaguá – CEP.

Metas e Indicadores

Metas:

- Obter manifestação positiva em relação à criação de um grupo de trabalho sobre a navegação no Canal do Furado pela Autoridade Marítima e SEMAPA;
- Promover, em um grupo de trabalho conjunto com a presença da Autoridade Marítima e da municipalidade, discussão sobre as condições básicas de segurança para navegação no Canal do Furado;
- Obter concordância da Autoridade Marítima para autorização da dragagem no Canal do Furado;
- Celebrar um termo de compromisso das diferentes partes em relação à dragagem do Canal do Furado;
- Promover os estudos necessários para o processo de licenciamento de uma dragagem do Canal do Furado; e,
- Obter a licença para que a municipalidade possa realizar a dragagem do Canal do Furado.

Indicadores:

- Manifestação positiva da Autoridade Marítima e SEMAPA para participação de um grupo de trabalho sobre a navegação no Canal do Furado;
- Manifestação positiva da Autoridade Marítima em relação à dragagem do Canal do Furado;
- Assinatura de termo de compromisso entre as partes envolvidas no processo de dragagem do Canal do Furado;
- Abertura de um processo de licenciamento para a dragagem do Canal do Furado;
- Realização dos estudos demandados pelo órgão licenciador;
- Obtenção das licenças para realização da dragagem do Canal do Furado; e,
- Realização de reuniões com a presença da Autoridade Marítima, Poder público municipal e representantes das comunidades para discussão do ordenamento da navegação no Canal ainda não reconhecido.

2.2.1. Detalhamento das ações e atividades:**Fase 1. Obtenção de manifestação positiva da Autoridade Marítima e SEMAPA em relação ao Grupo de Trabalho para tratativa desta medida compensatória**

A primeira fase deste projeto diz respeito aos procedimentos para obtenção de manifestação favorável dos órgãos envolvidos nesta medida para sua efetiva consolidação.

Fase 2. Criação do Grupo de Trabalho junto à SEMAPA, Autoridade Marítima, comunidade e empreendedor para discussão sobre o ordenamento da navegação no Canal do Furado

Nesta fase serão realizadas reuniões de apresentação do projeto desta medida compensatória à SEMAPA, possíveis órgãos licenciadores da atividade de dragagem e autoridade marítima, para discussão da viabilidade da dragagem no que diz respeito à área de atuação de cada um dos órgãos.

Após coletadas as percepções e posicionamentos dos órgãos individualmente, deverão ser realizadas quantas reuniões forem necessárias entre as diferentes entidades para a busca da consonância relacionada à possibilidade de dragagem, regulamentação e uso do Canal do Furado.

Fase 3. Início dos procedimentos para processo de licenciamento, estudo da viabilidade e atendimento aos estudos ambientais solicitados

A partir da concordância sobre ordenação da navegação e possibilidade de execução da pequena dragagem do Canal do Furado o empreendedor deverá fomentar consultoria específica que deverá assessorar a SEMAPA em todo o procedimento relacionado aos estudos necessários para análise de viabilidade do empreendimento e solicitação de autorização de dragagem.

Fase 4 – Obtenção da autorização de dragagem e realização dos programas ambientais

Se obtida a autorização de dragagem, ainda que o município seja o empreendedor responsável pela consolidação da atividade, propõe-se que o TCP fomente os estudos ambientais solicitados pelo órgão ambiental até a finalização da atividade/processo.

2.2.2. Planejamento executivo:

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Solicitação de manifestação da Autoridade Marítima e SEMAPA	Obter parecer favorável à formação do grupo de trabalho referente a esta medida compensatória.	-
Realização de reuniões específicas com as entidades envolvidas	Obter as percepções das diferentes entidades sobre o ordenamento da navegação no Canal do Furado e sobre a possibilidade de dragagem deste canal.	-
Realização de reunião geral com as entidades envolvidas	Compartilhar as diferentes percepções relacionadas ao uso e dragagem do Canal do Furado com as diferentes entidades obtidas, com vistas à proposição de dragagem propriamente dita do canal supracitado.	-
Criação de projeto de dragagem e solicitação de autorização de dragagem	De acordo com os apontamentos realizados, a SEMAPA deverá construir um projeto de dragagem a ser submetido para solicitação de autorização de dragagem.	-
Realização de estudos e obtenção de documentos condicionantes da autorização de dragagem	Fomentar os estudos necessários para obtenção de autorização de dragagem.	Fomento de consultoria para realização dos estudos solicitados pelo órgão ambiental.
Obtenção da autorização de dragagem e realização dos estudos ambientais condicionantes da autorização de dragagem	Obter a autorização de dragagem e fomentar a realização dos estudos condicionantes.	Fomento de consultoria para realização dos monitoramentos solicitados pelo órgão ambiental.

2.2.3. Cronograma

Ações	Mês																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
Solicitação de manifestação da Autoridade Marítima e SEMAPA	■																			
Realização de reuniões específicas com as entidades envolvidas		■	■																	
Realização de reunião geral com as entidades envolvidas			■	■	■															
Criação de projeto de dragagem e solicitação de autorização de dragagem						■	■													
Realização de estudos e obtenção de documentos condicionantes da autorização de dragagem								■	■	■										
Obtenção da autorização de dragagem e realização dos estudos ambientais condicionantes da autorização de dragagem*																				

* Esta ação depende dos procedimentos de licenciamento que variam de acordo com as demandas do órgão licenciador.

2.3. Medida compensatória III - Através do grupo de diálogo do empreendedor com a Comunidade da Costeira, elencar ações compensatórias proporcionais aos impactos do empreendimento e que melhorem a qualidade de vida do local

A comunidade do bairro Costeira sentirá de forma mais intensa as mudanças a serem causadas ao meio terrestre pelas obras de complementação da ampliação do TCP, seja pelo aumento no fluxo de caminhões nas vias ao seu entorno, ou pela sua proximidade espacial das áreas de atividade portuária e retroportuária ligadas ao empreendimento. Entretanto, cabe aqui salientar que os impactos que advém sobre esta comunidade deverão continuar limitados a invasões pontuais de veículos não autorizados em suas vias, ruídos pontuais acima dos limites legais (visto que até o momento não foi evidenciado pelo Programa de Monitoramento de Emissões Sonoras realizado como condicionante do processo de licenciamento do cais leste nenhuma medição acima dos limites estabelecidos), além da tensão exercida pelo conflito de interesses da atividade portuária e retroportuária e da população local.

Nas reuniões com a comunidade não foi possível chegar a uma medida compensatória defendida por maior parte dos presentes, bem como, que fosse proporcional aos impactos citados. Neste sentido, se propõe como escopo do Programa de Comunicação Social a criação de um grupo de diálogo com as lideranças do bairro Costeira, no qual, deverão – através de diálogo, troca e conciliação – ser elencadas ações que compensem a comunidade diretamente vizinha ao empreendimento.

2.3.1. Metas e Indicadores

Metas:

- Promover a criação de um grupo de discussão junto às lideranças do bairro Costeira;
- Elencar uma medida compensatória proporcional aos impactos sentidos pelos moradores do bairro Costeira; e,
- Consolidar a medida compensatória elencada.

Indicadores:

- Reuniões realizadas com a liderança do bairro Costeira;
- Estabelecimento de um projeto para consolidação da medida compensatória proposta; e,
- Consolidação da medida compensatória proposta.

2.3.2. Detalhamento das ações e atividades:

Fase 1. Criação do grupo de discussão junto às lideranças do bairro Costeira

As lideranças da Associação de Moradores do Bairro Costeira, representante do empreendedor e consultoria ambiental deverão formar um grupo para discussão dos impactos do empreendimento sobre o bairro em específico, e sobre discussão de medidas compensatórias consonantes com a amplitude destes impactos e com os interesses da comunidade.

Fase 2. Estabelecimento das ações compensatórias

A partir das reuniões deverá ser criado o plano de compensação ao bairro Costeira, validado pela liderança do bairro Costeira e empreendedor, e que será submetido ao órgão ambiental, para sua posterior consolidação - se aprovado.

Fase 3. Implantação das ações compensatórias negociadas

Nesta fase deverá o empreendedor fomentar o plano construído em conjunto, conforme planejamento realizado.

2.3.3. Planejamento executivo:

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Realização de reuniões do grupo de negociação	Promover a discussão de medida compensatória à comunidade do bairro Costeira.	-
Criação do Plano de compensação	Definição da medida compensatória ao bairro Costeira.	-
Consolidação do plano de compensação	Consolidar medidas compensatórias ao bairro Costeira.	Conforme plano a ser elaborado.

2.3.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Realização de reuniões do grupo de negociação		■	■															
Criação do Plano de compensação				■	■	■												
Consolidação do plano de compensação							■	■	■	■	■							

2.4. Programa de educação ambiental às comunidades

Tendo em vista a execução de um programa de educação ambiental junto às comunidades da AID restritiva desde agosto de 2012, referente a ampliação do cais leste, é proposta aqui a adição de ações e projetos específicos, mantendo, entretanto, as duas linhas de ação já submetidas ao IBAMA. Ou seja, é proposta a continuidade, intensificação e adição de novos projetos nas linhas de ação já abrangidas – a saber, o fortalecimento de cadeias produtivas e a educação para melhoria socioambiental das comunidades. É importante também destacar que o componente do PEA que diz respeito à educação ambiental com os trabalhadores é detalhado no Plano Básico Ambiental proposto para o licenciamento da complementação da ampliação da TCP.

Linha de ação I – Fortalecimento de cadeias produtivas

Esta linha de ação já faz parte do Programa de Educação Ambiental executado como condicionante da licença de operação do cais leste (LO Nº 1250/2014). Assim, serão potencializadas e adicionadas ações/projetos para atender ao Diagnóstico Socioambiental Participativo realizado no contexto do Estudo Ambiental das obras de complementação da ampliação do terminal. Desta forma, segue o detalhamento dos projetos propostos abaixo:

2.4.1. Projeto de Educação para capacitação profissional – Oferta de cursos profissionalizantes relacionados à operação do terminal com processo de seleção de potenciais colaboradores para o terminal

A geração de novos postos de trabalho diretos e indiretos relacionados à expansão das atividades do terminal é um impacto positivo que pode ser potencializado, se, estes postos alcançarem os moradores e grupos sociais afetados de forma mais intensa pelo empreendimento.

A proposição deste projeto leva em conta as sugestões de medidas compensatórias e projetos apontados pelas comunidades no DSAP e a condicionante específica da autorização para licenciamento do ICMBio, que pede para *"Incluir no âmbito do Programa de Educação Ambiental" do Plano Básico Ambiental, cursos e treinamentos para a geração de renda, com temas a serem pactuados com as comunidades"*.

Propõe-se a realização de cursos profissionalizantes de funções relacionadas à operação do TCP, sendo apontado o curso de formação de conferentes como atividade potencial. Entretanto, conforme sugestão do IBAMA no parecer que faz a análise do Estudo Ambiental – após a aprovação da viabilidade do empreendimento será publicada lista com a oferta de empregos conforme a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), sendo os cursos ofertados selecionados entre as ocupações com maior oferta de vagas.

Estes cursos deverão ser ofertados gratuitamente às comunidades da área de influência direta restritiva do terminal. É proposto também que hajam processos de seleção de colaboradores com os alunos provenientes deste curso, potencializando a ação de capacitação e propiciando a entrada no mercado de trabalho daqueles que se destacarem na atividade de capacitação. Este projeto deverá também promover o acesso a cursos de informática pelos jovens filhos de pescadores, através do fomento de professor de informática solicitado pela Colônia de Pescadores na realização do DSAP – a qual já possui estrutura para oferta destas aulas.

Os interessados no curso deverão necessariamente residir na AID restritiva do empreendimento, realizar inscrição e ter os requisitos mínimos apontados pelos organizadores do curso (tais como idade e formação mínima).

2.4.1.1. Metas e indicadores

Metas:

- Promover qualificação profissional para jovens e adultos das comunidades da AID restritiva do empreendimento – com oferta de curso de conferente e de informática;
- Realizar seleção de mão de obra focada nos participantes destas atividades formativas;
- e,
- Promover o direcionamento do impacto positivo relacionado à geração de renda para as comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento.

Indicadores:

- Número de cursos realizados;
- Número de participantes nos cursos;
- Número de formados nos cursos;
- Número de contratados oriundos dos cursos realizados.

2.4.1.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – Organização da oferta dos cursos

Nesta fase será realizado o levantamento dos cursos conforme as ocupações divulgadas pelo empreendedor como potenciais vagas de emprego. Após delimitação do número de vagas e pré-requisitos para ingresso nos cursos ofertados, deverão ser divulgadas e realizadas matrículas nas comunidades da AID restritiva. Se o número de interessados exceder a de vagas ofertadas, deverão ser criadas listas de espera para replicação da ação aqui proposta.

Fase 2 – Realização dos cursos

Os cursos deverão ser realizados conforme escopos específicos, sendo registradas as frequências e realizada a avaliação do desempenho dos participantes pelo corpo técnico envolvido nas atividades e aulas realizadas.

Fase 3 – Consolidação de seleções e contratação dos participantes com base no aproveitamento do curso e direcionamentos do setor de recursos humanos

Com base no rendimento dos participantes dos cursos, as demandas de vagas de emprego relacionadas às áreas de trabalho ofertadas pelo empreendedor deverão ser destinadas aos que se destacaram nas avaliações, frequência e atividades realizadas durante o curso.

2.4.1.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Planejamento dos cursos	Elencar quais cursos profissionalizantes são prioritários para a região e organizar a forma de viabilização destes através deste PEA.	-
Divulgação e matrículas para os cursos	Divulgar e montar turmas para os cursos profissionalizantes a serem ofertados para as comunidades da AID restritiva.	-
Realização de cursos profissionalizantes	Capacitar moradores das comunidades da AID restritiva, em especial de famílias de pescadores, para o mercado de trabalho formal.	Contratação de prestadora de serviço para oferta dos cursos elencados.
Captação de mão de obra entre os alunos dos cursos realizados	Contratar mão de obra formada nos cursos ofertados por este PEA.	-

2.4.1.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Planejamento dos cursos																		
Divulgação e matrículas para os cursos																		
Realização de cursos profissionalizantes																		
Captação de mão de obra entre os alunos dos cursos realizados																		

2.4.2. Projeto de fortalecimento da Associação de Recicladores Nova Esperança

Este projeto vem sendo executado como componente do PEA realizado no âmbito do licenciamento do cais leste (LO Nº 1250/2014 – IBAMA), entretanto, deverá ser potencializado e ampliado para o processo de complementação das obras de ampliação do TCP.

O fortalecimento da associação foi proposto tendo em vista a importância da Associação de Recicladores Nova Esperança para o projeto de gestão participativa dos resíduos sólidos - já realizado no âmbito do Programa de Educação Ambiental - e da demanda por projetos relacionados à coleta seletiva e gestão dos resíduos sólidos apresentados pela comunidade na Ilha dos Valadares, tendo em vista que esta associação está localizada nesta comunidade.

Além dos processos educativos para fortalecimento do grupo de recicladores, deverá ser subsidiado pelo empreendedor um projeto a curto prazo de melhoria dos processos de trabalho da associação e realizada a elaboração de um projeto para que a Associação possa buscar recursos para aquisição de um caminhão de pequeno porte – que garanta a autonomia do grupo.

2.4.2.1. Metas e indicadores

Metas:

- Realizar curso de fortalecimento com encontros que tratem de temas relacionados à gestão e empreendedorismo;
- De forma participativa, identificar pontos de melhoria no processo já implantado de trabalho da associação e elaborar um projeto de curto prazo a ser subsidiado pelo empreendedor;
- De forma participativa, e considerando um plano de autonomia e sustentabilidade, elaborar um projeto para obtenção de um veículo furgão para realização de coleta seletiva na Ilha dos Valadares e atendimento à empresas conveniadas;
- Submeter este projeto para outras empresas e/ou editais de financiamento;
- Realizar a divulgação da coleta seletiva e da própria associação na Ilha dos Valadares.

Indicadores:

- Número de encontros realizados com os associados;
- Número de participantes dos encontros;
- Subsídio do projeto de melhorias a curto prazo pelo empreendedor;
- Observação de melhoria contínua nos processos de trabalho da associação;
- Elaboração de um projeto para subsídio de um caminhão furgão e autonomia da associação;
- Submissão do projeto e através de financiamento coletivo ou edital obtenção dos recursos para obtenção de caminhão furgão próprio;
- Realização de contratos com empresas conveniadas para coleta e destinação dos materiais recicláveis;
- Realização de coleta seletiva na Ilha dos Valadares específica promovida pela associação de recicladores.

2.4.2.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase I – Curso de fortalecimento

Já iniciado no mês de maio de 2016, o curso de fortalecimento tem o objetivo de sensibilizar os recicladores sobre a importância de seu trabalho, diagnosticar a situação da Associação de Recicladores e capacitá-los para melhorias contínuas na sua dinâmica de trabalho, além de propor ao grupo caminhos de maior autonomia.

O curso deverá ser composto de 12 encontros bimestrais e deverá abranger temas relacionados com o trabalho dos associados e que apontem para ferramentas de auto-gestão e maior autonomia do grupo.

Fase 2 – Elaboração do projeto de curto prazo

Com base no diagnóstico dos processos e gargalos processuais serão identificadas, participativamente, melhorias necessárias à otimização e melhoria da qualidade do ambiente de trabalho da Associação. Tal projeto deverá ser discutido com a Associação de Recicladores Nova Esperança e submetido ao empreendedor para fomento dos materiais elencados.

Fase 3 – Implantação de projeto de curto prazo

Com o fomento dos materiais apontados no projeto participativo de curto prazo, deverão ser também reformulados processos e adicionados protocolos de gestão participativa e de acompanhamento de negócios. Esta implantação de um projeto de curto prazo deverá melhorar ainda mais a qualidade do ambiente de trabalho na Associação de Recicladores.

Fase 4 – Elaboração de projeto de longo prazo – visando a autonomia e sustentabilidade da associação através da obtenção de caminhão

Em paralelo à consolidação do projeto de curto prazo e do curso de fortalecimento da Associação de Recicladores, deverá ser construído – através de processo participativo, reflexivo e de planejamento – um projeto de autonomia e autossustentabilidade da Associação de Recicladores. Dentre outras ações previstas para este projeto está a inclusão de um veículo furgão para coleta autônoma em empresas e realização de coleta seletiva específica na Ilha dos Valadares.

Fase 5 – Submissão do projeto a editais e possíveis patrocinadores

Com o projeto elaborado deverá ser feita a sua submissão a editais de apoio a projetos e, também, às empresas locais que articulam com a Associação para destinação de seus resíduos recicláveis – através da proposta de um contrato de prestação de serviços.

2.4.2.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Realização de curso de fortalecimento	Sensibilizar e capacitar a associação de recicladores para sua gestão participativa e autonomia, bem como, para melhoria dos processos internos.	-
Elaboração participativa de projeto de curto prazo	Propiciar os materiais e recursos necessários para a melhoria dos processos de trabalho da	Recursos materiais solicitados no projeto

Ações	Objetivos	Recursos materiais
para melhorias contínuas	associação.	elaborado participativamente.
Criação de projeto de autonomia e sustentabilidade da Associação de recicladores	Propor projeto para autonomia e autossustentabilidade da associação de recicladores a fim de fortalecer o grupo e sua atividade produtiva.	-
Submissão do projeto de autonomia a editais e empresas parceiras	Buscar fontes de financiamento para o projeto elaborado.	-

2.4.2.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Curso de fortalecimento	■		■		■		■		■		■		■		■		■	
Elaboração de projeto de curto prazo		■	■															
Implantação de projeto de curto prazo				■	■	■												
Elaboração de projeto de longo prazo												■	■	■				
Submissão do projeto a editais e possíveis patrocinadores															■	■	■	■

2.4.3. Projeto de Educação Ambiental para o fortalecimento do pescador – "Escola da pesca"

Ainda que a atividade pesqueira artesanal seja globalmente pressionada pela pesca industrial, degradação ambiental e sobre-exploração do estoque que leva à criação de legislações de controle e restrição da pesca, pescadores artesanais resistem na prática da atividade. Assim, este projeto de educação ambiental visa promover o fortalecimento do pescador e pescadora, tendo em vista que na AID restritiva a pesca artesanal é a atividade predominante para o sustento das famílias nas comunidades marítimas, sendo que pescadores e pescadoras estão presentes também nas comunidades urbanas (bairro Costeira e Ilha dos Valadares).

Neste sentido, busca-se implantar um projeto de educação ambiental que atue no fortalecimento dos pescadores através de capacitação, apresentação de novas alternativas de renda relacionadas ao seu modo de vida ou promoção de melhores condições de trabalho. Este projeto, ainda, se encaixa numa das linhas de ação norteadoras das atividades do PEA já executado no âmbito da licença de operação da ampliação do cais leste: o fortalecimento de cadeias produtivas.

Tal projeto deverá promover, primeiramente, a formação de um grupo representativo de pescadores escolhidos por sua própria comunidade que irão atuar como agentes de comunicação, bem como terão papel decisório na negociação das demandas prioritárias.

A partir da criação do grupo representativo, necessariamente deverão compor este projeto sete atividades específicas contidas no estudo ambiental, e que serão divididas em diferentes linhas de trabalho e que certamente adentraram à licença de operação:

Ações de fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e cadeias produtivas alternativas:

Curso de confecção e reparo de redes (técnica artesanal); Curso de manipulação de GPS; Curso de mecânica de motores de barcos; Curso de construção naval; Estudo da viabilidade de cadeias produtivas da maricultura na região; e, Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca com a promoção de beneficiamento do pescado pelas comunidades que demandam este ponto.

Ações de diagnóstico participativo da pesca: Mapeamento e socialização das áreas de restrição e utilização de pesca na baía de Paranaguá; e Discussão de políticas públicas para manutenção da pesca artesanal.

Ações de promoção da saúde e bem-estar do pescador: Campanha educativa e de diagnóstico e promoção da saúde do pescador.

2.4.3.1. Metas e indicadores

Metas:

- Criar um grupo representativo dos pescadores e pescadoras da AID restritiva;
- Fortalecer os pescadores e pescadoras, para terem melhores condições de trabalho na atividade da pesca artesanal;
- Apresentar meios de obtenção de renda alternativos ligados ao modo de vida local e à atividade da pesca;
- Promover a saúde dos pescadores e pescadoras, aumentando a segurança na navegação;
- Promover a discussão sobre áreas de pesca e de restrição de pesca.

Indicadores:

- Número de pescadores participantes das reuniões de formação do grupo representativo nas comunidades da AID restritiva;
- Formação do grupo representativo;

- Frequência dos pescadores na reunião do grupo representativo;
- Número de participantes nos cursos e atividades proporcionados;
- Número de diagnósticos de saúde visual;
- Número de óculos de baixo custo providenciados;
- Número de pescadores nas reuniões e palestras executadas;

2.4.3.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – Criação do Grupo de lideranças para acompanhamento do processo

Tendo em vista a complexidade de temas e ações envolvidos neste projeto em específico, prevê-se a criação de um grupo de lideranças de pescadores para acompanhamento do processo de licenciamento e do projeto propriamente dito.

Tal grupo deverá ser composto por pelo menos uma representatividade de cada localidade da AID restritiva, e deverá se reunir semestralmente para planejamento das ações, avaliação das atividades realizadas e proposição de alterações e rumos de trabalho para este projeto.

Fase 2 – execução das ações de cada linha de trabalho

Para cada linha de ação deverão ser realizados planos de trabalhos específicos, conforme ações previstas descritas a seguir:

- 1) Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e cadeias produtivas alternativas – esta linha de trabalho já é prevista no plano executivo do PEA da ampliação do cais leste do TCP (LO Nº 1250/2014 IBAMA), entretanto, suas ações deverão ser intensificadas atuando em duas frentes paralelas.

A primeira linha de atividades está relacionada com a oferta semestral de pelo menos um dos cursos elencados neste plano:

1. Curso de confecção e reparo de redes (técnica artesanal) - deverá ser ministrado por um pescador local, que deverá ofertar curso de confecção de redes aos jovens – que hoje acabam comprando redes por preços exorbitantes. Técnicas diferentes poderão ser exploradas, visando a minimização dos custos da atividade de pesca artesanal.
2. Curso de manipulação de GPS – muitos pescadores não conseguem navegar em neblina nas águas do interior da baía de Paranaguá, e ainda, outros que vão até a costa dizem que apesar de possuir equipamento GPS, não sabem operá-lo. Assim este curso certamente atuará no fortalecimento da segurança da navegação dos atores.

3. Curso de mecânica de motores de barcos – A manutenção de motores acaba por ser um dos maiores custos da atividade pesqueira, desta forma, um curso que ensine os princípios básicos de manutenção e conserto destes será uma oportunidade para otimização da atividade econômica pesqueira.

4. Curso de construção naval – por fim, um curso de técnicas de construção e reparos de embarcações em fibra de vidro, poderá colaborar para a autonomia dos pescadores.

Na segunda linha de atividades - que diz respeito a implantação de atividades produtivas alternativas (aquicultura e beneficiamento do pescado) - as seguintes ações deverão ser realizadas:

- a. Discussão conjunta entre comunidades, consultores e órgãos relacionados sobre as potenciais cadeias produtivas viáveis nas comunidades;
- b. Capacitação relacionada à atividade elencada por cada comunidade;
- c. Criação de projetos de implantação das cadeias produtivas;
- d. Implantação das cadeias produtivas (aquicultura ou beneficiamento do pescado).

2) Ações de diagnóstico participativo da pesca: reuniões nas comunidades deverão promover o mapeamento e socialização das áreas de restrição e utilização de pesca na baía de Paranaguá e discussão de políticas públicas para manutenção da pesca artesanal. Estas reuniões deverão ocorrer nas comunidades da AID e, serem apoiadas por metodologias de cartografia social.

Ainda, a utilização de formulários de desembarque e registros individuais, devidamente validados pelos pescadores, deverão compor uma linha de ação de diagnóstico participativo que vise quantificar as produções nas comunidades. Esses formulários não deverão ser volumosos, e deverão conter necessariamente informação da data de coleta, espécie, pesqueiro e quantificação.

Ações de promoção da saúde e bem-estar do pescador: esta linha prevê a realização de encontros mensais de sensibilização em relação a temas relacionados à saúde do pescador (tais como hidratação, cuidados com a audição, proteção solar, visão, ergometria, etc.). Estes encontros deverão ocorrer enquanto durar a licença de instalação, sendo que necessariamente deverá ser consolidada uma ação de diagnósticos oftalmológicos, para demanda de óculos de baixo custo aos que precisarem.

Fase 3 - Realização de reuniões de avaliação e condução das ações de fortalecimento do pescador

Tendo em vista o número de ações propostas neste projeto e as diferentes frentes de ação abordadas, considera-se necessário que sejam eidentificadas pregularmente prioridades, qualidades, dificuldades e limitações das ações realizadas.

Para isto, reuniões semestrais com o grupo representativo dos pescadores deverão determinar a ordem de execução das ações, as prioridades e a frequência.

Devido ao número de atividades já elencadas por este projeto, bem como a dependência de outras atividades para consolidação total de todas as ações previstas, possivelmente as ações deste projeto adentrem à licença de operação.

2.4.3.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Criação de grupo de lideranças para acompanhamento do projeto	Promover a consolidação de um grupo que atue no direcionamento das demandas prioritárias dentre as elencadas para este projeto e na avaliação das ações executadas.	-
Execução das ações por linha de trabalho:		
Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca:		
Cursos de capacitação:		
Confeção e conserto de redes	Promover curso de curta duração com técnicas de confeção e reparo artesanal de redes.	Contratação de professor e disponibilização de material.
Manipulação de GPS	Promover curso de curta duração para manipulação de GPS.	Aquisição de GPS para curso
Mecânica de motores	Curso de longa duração de capacitação técnica para manutenção de motores à diesel.	Contratação do curso junto ao SENAI
Reforma e construção naval	Curso de técnicas de construção e reparo naval.	Contratação do curso e material necessário
Cadeias produtivas da aquicultura e beneficiamento do pescado:		
Discussão das alternativas para cada comunidade	Elencar cadeias produtivas foco desta ação em cada comunidade com apoio de EMATER e outros órgãos locais.	-
Capacitação	Promover cursos de capacitação nos pontos elencados.	Apoio à visita técnicas e materiais específicos;
Planejamento	Criar projeto participativo para cada comunidade.	-
Consolidação de ações para implantação das atividades	Buscar parceiros e atuar na consolidação das cadeias que se mostraram viáveis.	Apoio no fomento de materiais para subsídio das cadeias produtivas;
Diagnóstico participativo da pesca		
Reuniões de mapeamento participativo em cada comunidade	Gerar um panorama das áreas de disponíveis e de restrição da pesca na baía de Paranaguá.	-
Distribuição e recolhimento	Quantificar de forma participativa a produção pesqueira nas comunidades.	-

Ações	Objetivos	Recursos materiais
mensal de formulários de registro individual		
Fórum de discussão sobre território pesqueiro	Promover a discussão sobre as ferramentas para defesa de território pesqueiro na baía de Paranaguá.	-
Promoção da saúde do pescador		
Encontros bimestrais sobre temáticas relacionadas à saúde do pescador	Sensibilizar os pescadores sobre questões relacionadas à saúde e pesca.	Materiais de consumo relacionados às temáticas (e.g. Protetores solar, protetores auriculares, etc.)
Realização de campanha de diagnóstico oftalmológicos dos pescadores	Obter diagnósticos da acuidade visual dos pescadores.	Contratação de oftalmologista para disponibilizar o acesso a esses exames;
Provisão de óculos de baixo custo a pescadores diagnosticados	Promover o acesso gratuito a óculos aos pescadores diagnosticados com problemas de visão.	Aquisição de óculos de baixo custo;

2.4.3.4. Cronograma

Ao contrário dos demais projetos o projeto de fortalecimento do pescador deverá ter suas ações adentrando a licença de operação.

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Criação de grupo de lideranças para acompanhamento do projeto																		
Execução das ações por linha de trabalho																		
Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca:																		
Cursos de capacitação (4):																		
Cadeias produtivas da aquicultura e beneficiamento do pescado:																		
Discussão das alternativas para cada comunidade																		
Capacitação																		
Planejamento																		
Consolidação de ações para implantação das atividades																		
Diagnóstico participativo da pesca																		
Reuniões de mapeamento participativo em cada comunidade																		
Distribuição e recolhimento mensal de formulários de registro individual																		
Fórum de discussão sobre território pesqueiro																		
Promoção da saúde do pescador																		
Encontros bimestrais sobre temáticas relacionadas à saúde do pescador																		
Realização de campanha de diagnóstico oftalmológicos dos pescadores																		
Provisão de óculos de baixo custo a pescadores diagnosticados																		

2.4.4. Projeto de regularização pesqueira ante à Autoridade Marítima

Durante os diálogos com as comunidades – realizados no âmbito do Diagnóstico Socioambiental Participativo - foi apontada a necessidade de muitos pescadores em obter a carteira de pescador profissional junto à Autoridade Marítima (POP 1).

O curso de formação de aquaviários na Categoria POP1 destina-se aos pescadores para o exercício da capacidade exclusiva na função de pescador, a ser desempenhada em embarcação de pesca de qualquer tipo e porte, empregada em qualquer tipo de navegação. Este curso normalmente é oferecido pela Capitania dos Portos, conforme programação interna, ou em atendimento a demandas específicas, e é pré requisito para navegação de pescadores na baía de Paranaguá.

Desta forma, esta linha de ação propõe, primeiramente, em parceria com a Capitania dos Portos, ofertar estes cursos nas comunidades, além de fomentar um curso para Marinheiro Auxiliar de Convés aos interessados – tendo em vista a possibilidade de progressão profissional aos filhos de pescadores ou pescadores que assim desejarem.

Ainda, dentro do processo de educação ambiental deverão ser facilitados, também, os processos de regularização de embarcações pesqueiras aos proprietários de embarcações da AID restritiva que se interessarem por esta atividade.

2.4.4.1. Metas e indicadores

Metas:

- Atuar na regularização da atividade de pesca junto à Autoridade Marítima;
- Propiciar aos moradores da AID restritiva acesso ao curso para obtenção da carteira de pescador profissional (POP);
- Propiciar aos interessados, acesso ao curso e progressão de carteira para Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC);
- Realizar diagnóstico e através de atividades educativas e de assessoria básica propiciar a regularização de embarcações de pescadores.

Indicadores:

- Número de inscritos nos cursos ofertados;
- Realização dos cursos pela Autoridade Marítima;
- Número de carteiras nas categorias POP e MAC expedidas pela Autoridade Marítima;
- Número de embarcações que buscaram regularização junto à Autoridade Marítima.

2.4.4.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – Diagnóstico dos pescadores que necessitam de regularização junto à marinha no que diz respeito à carteira POP e regularização da embarcação e dos interessados no curso de marinho auxiliar de convés (carteira MAC)

Através de visitas e encontros em cada comunidade, e, contato com as lideranças, serão levantados os pescadores interessados em:

- ✓ Obter a carteira de registro de pescador profissional;
- ✓ Realizar curso de Marinho Auxiliar de convés; e,
- ✓ Regularizar sua embarcação junto à Autoridade Marítima.

Este diagnóstico inicial deverá apontar o número de interessados e as comunidades onde residem, de forma a subsidiar o planejamento dos cursos a serem ofertados.

Fase 2 – negociação junto à Capitania dos Portos para oferta dos cursos

Depois de diagnosticada a demanda, a Capitania dos Portos deverá ser procurada pelos técnicos responsáveis pelo projeto para negociação e acordo para oferta dos cursos. Neste ponto o empreendedor deverá fornecer os subsídios para que possam ser realizadas as atividades elencadas pela Capitania dos Portos..

Fase 3 – Realização dos cursos e dos procedimentos para regularização de embarcações

Esta fase será de execução propriamente dita dos cursos elencados. Conforme planejamento a ser realizado com a Capitania dos Portos, os cursos deverão ocorrer nas comunidades, sendo sua realização acompanhada e registrada pelos técnicos responsáveis pelo Programa de Educação Ambiental.

Os cursos terão a duração conforme as diretrizes estabelecidas pela Capitania dos Portos, sendo ao final realizada avaliação – que é requisito para obtenção da carteira pleiteada.

Fase 4 – entrega das carteiras POP e MAC

Nesta fase prevê-se a entrega das carteiras aos indivíduos que obtiveram aproveitamento mínimo necessário nos cursos realizados. Sugere-se a realização de evento específico para celebração das conquistas obtidas durante o projeto.

2.4.4.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Diagnóstico das demandas	Levantamento do número de indivíduos interessados nos cursos e regularização de embarcações.	-
Negociação junto à Autoridade Marítima	Promover a execução dos cursos para obtenção dos registros.	-
Execução dos cursos	Possibilitar a obtenção dos registros e regularização de embarcações.	Subsídios a serem elencados pela Autoridade Marítima
Entrega das carteiras	Promover a regularização dos pescadores.	Coffe break

2.4.4.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Diagnóstico das demandas																		
Negociação junto à Autoridade Marítima																		
Execução dos cursos																		
Entrega das carteiras																		

2.4.5. Projeto de fortalecimento dos barqueiros de Paranaguá

Dentre outras rotas e pescarias esportivas, os barqueiros de Paranaguá realizam passeios até a área portuária, e, neste sentido, são usuários constantes da área adjacente às obras de complementação da ampliação do TCP. Assim, propõe-se o fortalecimento deste grupo através da capacitação para a realização de atividades de condução nos roteiros por estes executados e para a divulgação dos passeios realizados.

Este projeto deverá: (1) capacitar os barqueiros para torná-los multiplicadores de educação ambiental e capacitados a conduzir os visitantes com informações durante os passeios; (2) planejar e subsidiar melhorias nas atividades de divulgação dos passeios; e, assim, (3) Fortalecer a atividade de passeios turísticos na região do porto de Paranaguá.

2.4.5.1. Metas e indicadores

Metas:

- Promover melhor capacitação para condução dos passeios náuticos à região do porto e da baía de Paranaguá;

- Formar barqueiros multiplicadores de educação ambiental;
- Capacitar e fortalecer os barqueiros para melhoria na divulgação dos passeios;
- Fortalecer a atividade de passeios turísticos na região do porto de Paranaguá.

Indicadores:

- Número de barqueiros inscritos nas capacitações;
- Frequência de barqueiros nas capacitações;
- Produção e publicação de materiais de divulgação; e,
- Implantação de pesquisa de opinião com os turistas.

2.4.5.2. Detalhamento das ações e atividades**Fase 1 – Sensibilização e convite para curso**

Inicialmente, deverá haver promoção do projeto a ser realizado com os barqueiros da região de Paranaguá e cadastro dos interessados em participar de um curso de capacitação e fortalecimento da atividade de promoção de passeios ao porto e na baía de Paranaguá.

Esta fase deverá ocorrer através de contato individual com os barqueiros, a fim de obter a participação máxima possível durante as atividades de capacitação.

Fase 2 – Curso de condução e meio ambiente para barqueiros de Paranaguá

Deverá ser ofertado um curso envolvendo educação ambiental, descrição ecológica, histórica e cultural da baía de Paranaguá e capacitação para condução. Este curso deverá ter duração de três meses com realização de encontros semanais.

O curso, realizado pelos técnicos responsáveis pelo Programa de Educação Ambiental, deverá utilizar metodologias diversas, sempre focando na ligação dos conhecimentos trabalhados com a atividade dos barqueiros. Ainda, deverá conter atividades práticas de condução, para que os barqueiros organizem roteiros de condução aos passeios ofertados por estes.

Fase 3 - Criação de um projeto participativo de fortalecimento dos barqueiros

Ainda no âmbito do curso de capacitação, deverá ser adotado processo participativo para criação de um projeto integrado para fortalecimento da atividade de promoção de passeios à região portuária e baía de Paranaguá. O projeto deverá ter foco na divulgação do passeio e dos barqueiros, conforme demandado pelo DSAP. Este projeto deverá

priorizar as demandas coletivas, negociadas e pensadas pelos atores nos momentos de reunião e construção do mesmo.

Fase 4 – Consolidação de ações propostas no projeto participativo elaborado

Por fim, as ações propostas pelo projeto deverão ser consolidadas. Estas ações deverão ter cronograma definido à parte e ocorrerão sempre com participação e contrapartida dos barqueiros.

2.4.5.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Sensibilização e convite para curso	Mobilizar barqueiros para participação no curso.	-
Curso de condução e meio ambiente para barqueiros de Paranaguá;	Promover capacitação e melhorias nos serviços prestados pelos barqueiros.	-
Criação de projeto participativo	Promover planejamento de ações de fortalecimento.	-
Consolidação das ações propostas no projeto	Fortalecer a divulgação das atividades de passeios ao porto e na baía de Paranaguá.	Subsídio de materiais de publicidade.

2.4.5.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Sensibilização e convite para curso					■	■												
Curso de condução e meio ambiente para barqueiros de Paranaguá;							■	■	■	■								
Criação de projeto participativo										■	■							
Consolidação das ações propostas no projeto												■	■	■	■	■		

Linha de ação - Educação para promoção do desenvolvimento socioambiental

Esta linha de ação também já vem sendo executada no âmbito do Programa de Educação Ambiental realizado como condicionante da licença de operação do cais leste do TCP, sendo o projeto de educação para gestão participativa dos resíduos sólidos a ação principal desta linha de ação componente do PEA. Desta forma, propõe-se a manutenção deste projeto em busca da auto sustentabilidade da cadeia de valoração dos resíduos sólidos recicláveis coletados nas comunidades, e o acréscimo de novos projetos para o período de instalação das complementações propostas.

2.4.6. Projeto de educação ambiental para gestão participativa dos resíduos sólidos

Entendendo que a gestão dos resíduos sólidos é um desafio em quase todos os tipos de comunidades humanas, e que a produção, separação e destinação adequada deste material constitui uma das urgências da gestão ambiental de nossa sociedade, este projeto propõe sensibilizar e mobilizar a comunidade para ação conjunta e, em parceria com este programa, executar ações para identificação, quantificação, valoração e destinação do material reciclável descartado nas comunidades da AID restritiva através da implantação de um sistema de trocas solidárias do material reciclável por produtos de interesse da comunidade em um sistema de transformação do material reciclável em moeda complementar local. Além de promover a correta separação e destinação deste material, sensibilizações acerca da temática devem ser uma constante.

Importante notar que este projeto, iniciado em 2015, deverá ter caráter permanente, enquanto não conquistar a autonomia econômica planejada ou seu encerramento for demandado pelas comunidades. Entretanto, salienta-se que a meta é de que o processo seja independente do empreendedor para manutenção do sistema de troca até o ano de 2020, tendo em vista o planejamento de sustentabilidade, que busca independência do empreendedor numa taxa de 20% ano.

2.4.6.1. Metas e indicadores

Metas:

- Manter parceria entre empreendedor, comunidade e cooperativa de separação de recicláveis para promoção da gestão dos resíduos sólidos nas comunidades da AID;
- Promover a cadeia solidária de valoração de resíduos, troca por moeda social complementar e aquisição de alimentos;
- Promover encontros de continuidade para gestão do projeto e das ações de valoração e troca do material reciclável;
- Capacitar a comunidade para gestão do processo de troca solidária; e,
- Realizar ações comunitárias de sensibilização de crianças, jovens e adultos.

Indicadores:

- Número de pessoas/famílias cadastradas;
- Número de pessoas/famílias participantes dos encontros de sensibilização realizados;

- Número de pessoas/famílias participantes das campanhas de troca;
- Toneladas de resíduos reciclados coletados e destinados corretamente;
- Criação e manutenção de um fundo para sustentabilidade da troca; e,
- Independência financeira gradual.

2.4.6.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – manutenção das campanhas de troca

As campanhas de troca – nas quais as pessoas da comunidade levam os resíduos devidamente segregados e armazenados para posterior pesagem e segregação em *bags* no barco de trocas - já ocorrem mensalmente. Assim, este projeto deve garantir a continuidade do subsídio da logística e do material necessário para esta demanda. As campanhas de troca são realizadas com a atuação da Associação de Recicladores Nova Esperança, da consultoria responsável pelo Programa de Educação, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e das comunidades envolvidas. Atualmente uma campanha mensal é realizada através de barco nas comunidades de Ponta do Ubá, São Miguel, Piaçaguera, Amparo e Eufrasina; e, em terra nas comunidades do Bairro Costeira, Vila Bela e Itiberê (estes últimos na Ilha dos Valadares).

Fase 2 – realização de encontros de sensibilização

Além das campanhas de troca, o projeto prevê a realização de encontros de sensibilização. Estes encontros deverão ter frequência bimestral e poderão ser formatados em oficinas, gincanas, cursos, etc.

O objetivo destes encontros é sensibilizar os indivíduos acerca dos problemas ambientais gerados pela má gestão dos resíduos sólidos, discutir resoluções alternativas para problemas ainda existentes nas comunidades e evitar que a valoração de resíduos provoque o aumento inconsciente de consumo.

As metodologias a serem utilizadas serão variadas, mas deverão levar em conta processos de diálogo, provocação e enfrentamento de problemáticas, utilização de recursos variados e adaptação às realidades de cada comunidade.

Fase 3 – Gestão dos processos da troca

Os resíduos coletados são anotados em fichas individuais, entretanto, para manutenção de todo processo são necessárias ações paralelas de organização e gestão do processo de trocas.

Assim, deverão ser realizado pelos técnicos responsáveis pelo programa em parceria com a Associação de Recicladores as seguintes atividades organizacionais:

- ✓ Registro em planilhas dos materiais destinados à Associação e do valor de crédito gerado pela revenda destes;
- ✓ Solicitação e compra de alimentos necessários para manter a troca;
- ✓ Controle e cuidado com os estoques de alimentos;
- ✓ Geração de relatórios de prestação de contas;

Estas atividades são mensais e contínuas e garantem o sucesso do Projeto de Gestão Participativa dos Resíduos Sólidos, e como dito, são sempre executadas em parceria com a Associação de Recicladores Nova Esperança.

Fase 4 – prestação de contas e sustentabilidade

Anualmente deverá ser elaborado o relatório de sustentabilidade e realizada prestação de contas a todos os agentes envolvidos.

O relatório de sustentabilidade deverá mostrar em qual grau a atividade encontra-se independente do empreendedor (tendo em vista que até o momento todo recurso de logística e aquisição de alimentos foi mantida pelo empreendedor), e deverá prever ações para redução da dependência econômica e promoção de autonomia da cadeia de valoração e troca de resíduos recicláveis.

2.4.6.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Manutenção das campanhas de troca	Promover coleta e destinação coleta com valoração dos resíduos recicláveis;	Compra de alimentos e fretamento de duas diárias mensais de barco de passageiros com dois andares.
Realização de encontros de sensibilização	Gerar reflexão sobre problemáticas e soluções relacionadas com resíduos sólidos.	-
Gestão dos processos de troca	Viabilizar os processos de troca.	-
Prestação de contas e sustentabilidade	Prestar contas e promover a autonomia dos processos de troca (valoração e troca de recicláveis independente de investimento do empreendedor).	-

2.4.6.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Manutenção das campanhas de troca																		
Realização de encontros de sensibilização																		
Gestão dos processos de troca																		
Prestação de contas e sustentabilidade																		

2.4.7. Projeto de Educomunicação ambiental para promoção da navegação segura

As mudanças relacionadas, tanto às atividades construtivas e intervenções aquáticas quanto à futura operação do empreendimento, causarão alterações na dinâmica de navegação na região do Canal da Cotinga. Desta forma, instrumentalizar os usuários com as informações necessárias para a navegação na região, bem como, manter a informação das alterações que possam ocorrer é essencial para manter a segurança na navegação.

Assim, este projeto terá o objetivo de informar os usuários do Canal da Cotinga sobre as mudanças na navegação, cuidados, ações executadas e outras informações pertinentes. Ainda, tendo em vista os conflitos já existentes na navegação na região, deverá sensibilizar os usuários para navegação segura.

O principal meio de comunicação a ser utilizado deverá ser a publicação de informativos impressos. Entretanto, campanhas de sensibilização e entrega deste material deverão ser realizadas com foco nos atores principais: pescadores, empresas de apoio marítimo, marinas e barqueiros.

2.4.7.1. Metas e indicadores

Metas:

- Informar usuários do Canal da Cotinga sobre alterações e ações realizadas na região;
- Sensibilizar os navegadores sobre temas de navegação segura; e,
- Garantir ampla divulgação das modificações relacionadas às dinâmicas construtivas aquáticas e dragagem.

Indicadores:

- Número de edições de informativos elaboradas;
- Número de exemplares de informativos distribuídos;

- Número de campanhas de educomunicação junto a barqueiros, marinas e pescadores; e,
- Números de ocorrências de navegação na região.

2.4.7.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – Criação do material informativo;

O material informativo deverá ser elaborado com aparência atrativa e linguagem de fácil compreensão. São previstas a publicação de pelo menos quatro publicações que deverão ter tiragem mínima de 2500 exemplares, conforme escopo abaixo apresentado:

Publicação 1: Atenção ! Estamos em obras! - deverá informar os usuários sobre a emissão da licença de instalação e sobre a complementação das obras de ampliação do TCP.

Publicação 2: Um porto sobre estacas – saiba como são as atividades de construção e os cuidados necessários – deverá informar sobre as atividades construtivas aquáticas, cuidados necessários, impactos, dentre outros;

Publicação 3: Dragagem do berço do TCP – deverá explicar a atuação da draga, especificações e cuidados necessários – bem como abordar os aspectos ambientais da dragagem e ações do licenciamento ambiental.

Publicação 4: Todos navegantes – tem como objetivo falar sobre segurança da navegação, informar sobre as obras e sobre os processos do licenciamento (antes da obtenção da Licença de Operação).

Fase 2 – realização de campanhas educacionais

Após criação do material, conforme cronograma executivo das atividades elencadas, será dado início às campanhas educacionais em marinas, associações de barqueiros, comunidades marítimas, locais públicos e principalmente na região do rio Itiberê.

Além da distribuição dos folhetos, deverão ser promovidos encontros a fim de manter o fluxo de comunicação referentes às atividades da complementação da ampliação do TCP.

Fase 3 – Acompanhamento de registros de ocorrência na navegação na região

Além da comunicação, o acompanhamento do tráfego de embarcações e dos registros de ocorrências marítimas deverão fazer parte deste projeto, a fim de apontar indicadores da eficiência das ações realizadas.

2.4.7.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Criação de Material Informativo	Gerar meio de comunicação das atividades relacionadas à navegação no Canal da Cotinga.	Impressão de folhetos
Realização de campanhas educacionais	Informar os usuários acerca da segurança na navegação na região do empreendimento.	-
Acompanhamento de registros de ocorrências	Avaliar a efetividade das ações de comunicação.	-

2.4.7.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Criação de Material Informativo	■	■	■															
Realização de campanhas educacionais*																		
Acompanhamento de registros de ocorrências			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

*A serem realizadas conforme cronograma das ações construtivas.

2.4.8. Projeto de Educomunicação para promoção do trânsito seguro na região do empreendimento

A circulação de caminhões que carregam e descarregam no TCP é orientada para vias não residenciais no entorno do terminal, entretanto, alguns caminhões utilizam áreas irregulares para estacionamento ou transitam de forma inadequada no município. Desta forma, este projeto tem o objetivo promover ações educacionais para sensibilização dos caminhoneiros que acessam a TCP, através de campanhas de educação e distribuição de materiais educativos.

Este projeto compõe o rol das ações a serem executadas para mitigação dos impactos causados pelo aumento do tráfego de caminhões previstos no município, atendendo não somente às demandas apontadas no DSAP, como também às orientações do Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA, que faz a análise do Estudo Ambiental elaborado.

2.4.8.1. Metas e indicadores

Metas:

- Elaborar material educacional sobre educação do trânsito;
- Em parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito, realizar campanhas educacionais sobre a questão da educação no trânsito.

Indicadores:

- Material educacional produzido;
- Material educacional distribuído;
- Campanhas de educação realizadas;
- Caminhoneiros alcançados.

2.4.8.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – Solicitação de manifestação da Secretaria Municipal de Segurança

Deverá ser solicitada manifestação favorável da Secretaria Municipal de Segurança acerca da viabilidade deste projeto. Espera-se que tal manifestação seja positiva – levando em conta os apontamentos notados em entrevista realizada no âmbito do Diagnóstico Socioambiental Participativo.

Fase 2 - Criação conjunta do material educacional

Em conjunto com os técnicos do Departamento de Trânsito deverá ser elaborada cartilhas a ser distribuída aos caminhoneiros, buscando abranger temas relacionados à interação destes com os munícipes, regras de trânsito e orientações.

Estas publicações deverão ter aparência atrativa, linguagem simples, e também, deverão abranger de forma contextualizadora como o bom procedimento dos caminhoneiros pode afetar positivamente a vida das comunidades vizinhas ao empreendimento.

Fase 3 – Realização das campanhas de educação

Consolidação de campanhas de educação junto aos caminhoneiros que acessam o terminal.

Estas campanhas deverão ser realizadas pelo corpo técnico do PEA e pelos agentes da Secretaria Municipal de Segurança (Departamento de Trânsito). Os caminhoneiros

deverão ser abordados individualmente, tanto nas dependências da TCP quanto no pátio de triagem e vias de acesso próximas ao terminal.

Fase 4 – Acompanhamento dos registros de estacionamento irregular e das atividades da ouvidoria junto ao bairro Costeira

Conforme demanda do Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA, além das ações de comunicação, deverá haver acompanhamento dos possíveis impactos do aumento de tráfego de caminhões na comunidade vizinha ao empreendimento.

Neste sentido propõe-se que este acompanhamento ocorra através de duas metodologias:

- ✓ Acompanhamento dos registros de estacionamento irregular na região do bairro Costeira junto ao Departamento de Trânsito do município; e,
- ✓ Acompanhamento das atividades de ouvidoria realizadas no âmbito do Programa de Comunicação Social. Que deverá usar diferentes meios (telefone, e-mail, equipe representante do empreendimento) para facilitar a comunicação da comunidade de diferentes ocorrências relacionadas ao empreendimento.

2.4.8.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Solicitação de Manifestação da Secretaria de Segurança	Obter parecer positivo em relação ao projeto.	-
Criação de Material Informativo	Criar cartilha para caminhoneiros.	Impressão de cartilhas
Realização de campanhas educacionais	Informar e sensibilizar os caminhoneiros.	-
Acompanhamento de registros de ocorrências	Avaliar a efetividade das ações de comunicação.	-

2.4.8.4. Cronograma

Ações	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Solicitação de Manifestação da Secretaria de Segurança																		
Criação de Material Informativo																		
Realização de campanhas educacionais*																		
Acompanhamento de registros de ocorrências*																		

* Essas ações deverão adentrar a licença de operação.

2.4.9. Projeto de Vigilância Ambiental Comunitária

Este projeto em específico foi proposto tendo em vista a condição específica da Autorização Para o Licenciamento Ambiental Nº 7/2016, emitida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que demanda “*Elaborar, em até 120 dias, um plano comunitário de ação para resposta em caso de ocorrência de contaminação da água e do pescado.*” Também, foi requerida pelo Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA que indica a necessidade de atendimento ao demandado pelo ICMBio, bem como, sugere a inclusão de espécies vulneráveis, sobre-explotadas e bandeiras nos temas do PEA.

O fato de as comunidades da AID restritiva do empreendimento serem em sua maioria formadas por pescadores e pescadoras, os quais possuem uma dependência muito grande dos recursos naturais, torna-se de grande importância a manutenção de um ambiente de qualidade.

Fazer destas comunidades agentes de monitoramento e cuidado ambiental, tornando-os atores centrais no controle e na prevenção ambiental, é uma ferramenta importante de empoderamento e de gestão ambiental. Tal ação poderá contribuir para a detecção precoce de desvios ambientais, tendo em vista a complexidade da baía de Paranaguá – que abriga comunidades pesqueiras, atividades portuárias e urbanas, áreas protegidas, dentre outros. Ainda, este projeto constitui um processo educativo capaz de proporcionar às pessoas condições para adquirirem conhecimentos, habilidades e desenvolverem atitudes para poder intervir de forma participativa e qualificada nos processos decisórios (CASTRO & CANHEDO JR, 2005).

Desta forma, este projeto se propõe a instrumentalizar a comunidade para que reconheçam possíveis alterações nos padrões de qualidade ambiental e estejam aptas para registrar estes desvios e gerar ações de diagnóstico e controle. Estas ações deverão ser ferramentas essenciais para a melhoria socioambiental da região e para empoderamento das comunidades. Espera-se também articular as comunidades a órgãos de proteção ambiental, possibilitando sua atuação enquanto agentes efetivas na proteção ambiental e fiscalizadores da ação dos órgãos privados e públicos.

2.4.9.1. Metas e indicadores

Metas:

- Capacitar através de um curso específico moradores das comunidades para reconhecer, registrar, documentar e comunicar possíveis desvios ambientais;
- Tratar das espécies de flora e fauna consideradas vulneráveis, sobreexploradas ou bandeira que ocorrem na baía de Paranaguá – conforme indicações específicas do Parecer Técnico Nº 02017.000147/2016-11-NLA/PR/IBAMA;
- Elaborar protocolos de registro e comunicação de desvios ambientais aos órgãos de proteção ambiental locais;
- Criar grupos comunitários de vigilância ambiental; e,
- Gerar ações de monitoramento e vigilância ambiental comunitária.

Indicadores:

- Número de participantes do curso de vigilância ambiental comunitária;
- Número de encontros realizados;
- Número de temas e de espécies trabalhadas nos encontros;
- Reuniões de articulação com órgãos de proteção ambiental;
- Criação de protocolos de registro e informe de ocorrências ambientais;
- Criação de um grupo de vigilância ambiental em cada comunidade;
- Ações de registro e comunicação de ocorrências ambientais realizadas pelos grupos de vigilância ambiental.

2.4.9.2. Detalhamento das ações e atividades

Fase 1 – realização de curso de capacitação para vigilância ambiental comunitária.

Deverá ser realizado curso de capacitação para vigilância ambiental comunitária em cada comunidade da AID restritiva. Este curso deverá conter temas relacionados aos seguintes eixos temáticos:

- ✓ Qualidade ambiental;
- ✓ Indicadores ambientais;
- ✓ Espécies vulneráveis, sobreexploradas ou bandeiras;
- ✓ Atividades portuárias e impactos ambientais;
- ✓ Legislação ambiental para a baía de Paranaguá;
- ✓ Diagnóstico de desvios ambientais – teoria e prática; e,
- ✓ Elaboração de projeto para vigilância ambiental comunitária.

O curso deverá ser ofertado para jovens e adultos das comunidades da AID, não havendo restrições para o número de participantes ou formação mínima.

Fase 2 – articulação com órgãos ambientais para criação de protocolos de registro e comunicação de ocorrências ambientais

A fim de que os registros feitos pelas comunidades possam ter um efeito prático na gestão e vigilância ambiental da baía de Paranaguá, deverá ser realizada parceria com órgãos ambientais para criação de protocolos de registro, evidência e comunicação de desvios ambientais.

Os órgãos ambientais deverão orientar a forma de coleta de dados e amostras que atendam aos pré-requisitos mínimos estabelecidos, bem como, ditar as formas de registro de possíveis desvios ambientais e das evidências necessárias para consolidá-los como ocorrências de fato.

Ainda, um fluxograma para comunicação das ocorrências registradas pelas comunidades deverá ser elaborado – a fim de orientar possíveis ações respostas.

Fase 3 – Consolidação dos grupos de vigilância ambiental comunitária

Após finalizada a fase de curso, os participantes que decidirem por formar uma equipe de vigilância ambiental comunitária deverão ser instrumentalizados com materiais básicos para os registros de possíveis desvios ambientais.

Além disso, o PEA deverá atuar no acompanhamento das ocorrências geradas e realizar reuniões – conforme estipulado por cada grupo – para acompanhamento e evidência das ações realizadas pelos grupos de vigilância ambiental comunitária.

Os materiais para instrumentalizar às comunidades para registro de ocorrências ambientais serão elencados conforme os protocolos estabelecidos em parceria com os órgãos ambientais, e, deverão ser subsidiados pelo empreendedor.

2.4.9.3. Planejamento executivo

Ações	Objetivos	Recursos materiais
Curso de capacitação do Grupo de Vigilância Ambiental.	Formar pessoas nas comunidades capacitadas a diagnosticar e registrar desvios ambientais e colaborar em rotinas de diagnóstico ambiental.	-
Articulação com órgãos ambientais para criação de protocolos de registro.	Elaborar protocolos de registro de desvios ambientais.	-
Consolidação dos grupos de vigilância.	Promover a vigilância ambiental pelas comunidades.	Materiais necessários para os registros de ocorrências ambientais – conforme protocolos criados.

2.4.9.4. Cronograma

Ações	Mês																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Curso de capacitação do Grupo de Vigilância Ambiental																			
Articulação com órgãos ambientais para criação de protocolos de registro																			
Consolidação dos grupos de vigilância																			

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser baseado nos princípios do sistema poluidor-pagador, o processo de licenciamento encontra-se ancorado na Avaliação de Impacto Ambiental – AIA em relação aos seus aspectos teóricos e metodológicos (SANCHEZ, 2008), Neste contexto, tem-se a exigência de projetos de Educação Ambiental (EA) como parte dos mecanismos de negociação social em que o Estado lança mão para mediação desses interesses, enquanto medida mitigadora e/ou compensatória definidas no licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras (WALTER & ANELLO, 2012).

Os projetos do Programa de Educação Ambiental às Comunidades e as medidas compensatórias ao meio socioeconômico, apresentados neste documento, levaram em conta os resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), bem como os apontamentos do IBAMA e do ICMBio, e tem a função de atuar como ferramenta de gestão ambiental.

A Instrução Normativa - IN Nº02/2012 direciona a execução de Programas de Educação Ambiental e reforça o papel da Educação Ambiental como ferramenta de gestão ambiental para cumprimento das medidas mitigadoras/compensatórias, a fim de assegurar que àqueles grupos que são detentores do “ônus” do empreendimento tenham o acesso ao meio ambiente equilibrado e sadio.

Assim, são apresentados neste documento as medidas compensatórias ao meio socioeconômico e o Programa de Educação Ambiental às Comunidades – que tem o objetivo não somente mitigar e compensar os impactos ambientais diretos ao meio socioeconômico, mas também de atuar na mitigação e compensação de impactos diretos ao meio biótico e físico, e que podem ser indiretos às dinâmicas sociais e econômicas da região.

Os projetos e ações elaborados condizem com as linhas de ação determinadas pelo COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA na Nota Técnica Nº 39/2011, conforme apontado abaixo:

Linha de ação A - Organização comunitária para participação na gestão ambiental no âmbito do licenciamento ambiental:

- Projeto de Vigilância Ambiental Comunitária.
- Projeto de fortalecimento do pescador.
- Projeto de Educação Ambiental para gestão participativa de resíduos sólidos.

Linha de ação C - Linha a ser proposta pelo empreendedor com base no diagnóstico socioambiental participativo:

- Educação para capacitação profissional.
- Fortalecimento da Associação de Recicladores Nova Esperança.
- Projeto de Educomunicação para navegação segura.
- Projeto de Educação Ambiental para gestão participativa de resíduos sólidos.
- Projeto de Educomunicação para trânsito seguro na região do empreendimento.

Linha de ação D - Compensação da atividade pesqueira:

- Projeto de Educação para Fortalecimento do pescador (Escola da Pesca).
- Projeto de Regularização pesqueira ante à autoridade marítima.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. 2011. Instrução Normativa Nº 2/2012 COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA, de 29 de agosto de 2011. Orientações para o estabelecimento do Programa Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 agosto.

GRUNDY, S. J. & KEMMIS, S. Educational action research in tional action research in Australia: Australia the state of the art. Geelong: Deakin University Press, 1982.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação ambiental estratégica e sua aplicação no Brasil. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008.

WALTER, T. & ANELLO, L. F. S. 2012. A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. Ambiente & Educação-Revista de Educação Ambiental, v. 17, n. 1, p. 73-98.